

Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes
ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2017 e Relatório sobre a
Revisão de Informações Trimestrais

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Construtora Adolpho Lindenberg S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e pelo CFC, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e sua firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21(R1)). As informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil (IAS 34, para as informações intermediárias) consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.
- b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às informações financeiras intermediárias, em 30 de junho de 2017 aproximadamente 97% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de agosto de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ribas Gomes Simões
Contador
CRC nº 1 SP 289690/O-0

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016			30/06/2017	31/12/2016		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	215	945	347	6.733	Fornecedores		73	160	317	290
Contas a receber de clientes	5	1.384	473	8.383	11.210	Obrigações trabalhistas e tributárias		32	70	2.555	3.442
Mútuo com partes relacionadas	8.b)	-	-	5.339	-	Obrigações tributárias parceladas	10	666	640	791	760
Impostos a recuperar	6	219	166	787	1.146	Dividendos a pagar		23	1.020	23	1.020
Demais ativos		10	-	45	35	Provisão para garantia de obras	11	-	-	2.898	2.782
Total dos ativos circulantes		1.828	1.584	14.901	19.124	Demais passivos		-	-	6	-
						Total dos passivos circulantes		794	1.890	6.590	8.294
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	5	3	-	1.629	1.500	Obrigações tributárias parceladas	10	1.555	1.820	2.080	2.389
Depósitos judiciais		765	724	780	739	Provisão para garantia de obras	11	-	-	6.106	7.256
Imóveis a comercializar	7	224	251	530	678	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	6.363	5.868	6.363	5.868
Contas a receber de partes relacionadas	8.b)	3.535	4.336	1.355	3.354	Provisão para perda com investimentos	9	301	3.126	-	-
Demais ativos		1	3	1	-	Demais contas a pagar		-	-	833	93
Investimentos	9	26.818	28.081	26.933	20.775	Total dos passivos não circulantes		8.219	10.814	15.382	15.606
Imobilizado		10	13	14	18						
Intangível		55	58	55	58	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		31.411	33.466	31.297	27.122	Capital social	13.1	16.000	16.000	16.000	16.000
						Reserva especial	9 e 13.4	(1.639)	(7.730)	(1.639)	(7.730)
						Reservas de lucros		6.346	14.076	6.346	14.076
						Lucros Acumulados		3.519	-	3.519	-
						Total do patrimônio líquido		24.226	22.346	24.226	22.346
TOTAL DOS ATIVOS		33.239	35.050	46.198	46.246	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.239	35.050	46.198	46.246

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	1.130	1.478	9.936	14.493
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(208)	(198)	(6.454)	(9.081)
LUCRO BRUTO		<u>922</u>	<u>1.280</u>	<u>3.482</u>	<u>5.412</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Administrativas, comerciais e gerais	16	(1.490)	(4.556)	(3.926)	(7.766)
Equivalência patrimonial	9	4.162	8.614	2.904	5.027
Outras receitas operacionais, líquidas	16	<u>26</u>	<u>-</u>	<u>462</u>	<u>2.741</u>
		<u>2.698</u>	<u>4.058</u>	<u>(560)</u>	<u>2</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	15	(115)	(148)	(163)	(188)
Receitas financeiras	15	<u>14</u>	<u>88</u>	<u>859</u>	<u>1.043</u>
		<u>(101)</u>	<u>(60)</u>	<u>696</u>	<u>855</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.519	5.278	3.618	6.269
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	-	(16)	(99)	(864)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	-	(10)	-	(153)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>3.519</u>	<u>5.252</u>	<u>3.519</u>	<u>5.252</u>
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM REAIS)	13.3	<u>9,46</u>	<u>14,11</u>		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.519	5.252	3.519	5.252
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>3.519</u>	<u>5.252</u>	<u>3.519</u>	<u>5.252</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2017 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		12.000	-	1.369	13.500	-	26.869
Aumento de capital (AGO/E realizada em 22 de março de 2016)	13.1	4.000	-	-	(4.000)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.206	4.206
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal		-	-	210	-	(210)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(999)	(999)
Retenção de lucros		-	-	-	2.997	(2.997)	-
Resultado de transações com sócios	9	-	(7.730)	-	-	-	(7.730)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>16.000</u>	<u>(7.730)</u>	<u>1.579</u>	<u>12.497</u>	<u>-</u>	<u>22.346</u>
Lucro líquido do período		-	-	-	-	3.519	3.519
Resultado de transações com sócios	9	-	(1.639)	-	-	-	(1.639)
Absorção da reserva especial	13.4	-	7.730	-	(7.730)	-	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017		<u>16.000</u>	<u>(1.639)</u>	<u>1.579</u>	<u>4.767</u>	<u>3.519</u>	<u>24.226</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
RECEITAS				
Prestação de serviços	1.298	1.702	11.246	16.523
	<u>1.298</u>	<u>1.702</u>	<u>11.246</u>	<u>16.523</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(208)	(198)	(676)	(1.125)
Materiais, serviços de terceiros e outros operacionais	(1.275)	(4.311)	(1.629)	(2.746)
	<u>(1.483)</u>	<u>(4.509)</u>	<u>(2.305)</u>	<u>(3.871)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	(185)	(2.807)	8.941	12.652
Depreciação e amortização	(5)	(12)	(6)	(12)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>(190)</u>	<u>(2.819)</u>	<u>8.935</u>	<u>12.640</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	4.162	8.614	2.904	5.027
Receitas financeiras	14	88	859	1.043
	<u>4.176</u>	<u>8.702</u>	<u>3.763</u>	<u>6.070</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>3.986</u>	<u>5.883</u>	<u>12.698</u>	<u>18.710</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	184	234	7.607	10.223
Impostos, taxas e contribuições	168	249	1.409	3.047
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e demais encargos	115	148	163	188
Remuneração de capitais próprios:				
Lucros retidos	3.519	5.252	3.519	5.252
	<u>3.986</u>	<u>5.883</u>	<u>12.698</u>	<u>18.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016	30/06/2017	30/06/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.519	5.278	3.618	6.269
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades (aplicadas nas) geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	5	12	6	12
Resultado de equivalência patrimonial	(4.162)	(8.614)	(2.904)	(5.027)
Encargos financeiros sobre mútuo	-	-	(493)	-
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	89	126	111	164
Constituição de provisão para riscos	495	3.430	495	3.430
(Reversão) constituição de provisão para garantias	-	-	(1.034)	268
Decréscimo (acrécimo) em ativos:				
Contas a receber de clientes	(914)	900	2.698	971
Impostos a recuperar	(53)	(29)	359	(90)
Imóveis à comercializar	27	-	148	27
Depósitos judiciais	(41)	(94)	(41)	(94)
Demais ativos	(8)	1	(11)	-
(Decréscimo) acréscimo em passivos:				
Fornecedores	(87)	13	27	47
Obrigações trabalhistas e tributárias	(38)	(125)	(887)	(3.118)
Obrigações tributárias parceladas	(328)	(507)	(389)	(810)
Demais contas a pagar	-	(3)	746	14
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(1.496)	388	2.449	2.063
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(16)	(99)	(864)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(1.496)	372	2.350	1.199
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Acrécimo do imobilizado e intangível	1	-	1	-
Dividendos recebidos de controladas	2.851	10.783	-	553
Aumento do investimento	(1.890)	(7.611)	(4.893)	(10.894)
Contas a receber com partes relacionadas	801	(24)	(2.847)	-
Caixa recebido na realização de investimento	-	-	-	(112)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	1.763	3.148	(7.739)	(10.453)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	(997)	(3.455)	(997)	(3.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(997)	(3.455)	(997)	(3.455)
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(730)	65	(6.386)	(12.709)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	945	178	6.733	18.120
No fim do período	215	243	347	5.411
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(730)	65	(6.386)	(12.709)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("CAL" ou "Companhia") foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2º andar, Edifício Corporate - Bloco C.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

A aquisição do controle da Companhia em 2008 pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI") foi realizada, principalmente, em virtude da qualidade e força da marca "Adolpho Lindenberg".

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

a) Base de elaboração

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias (controladora e consolidado) em 30 de junho de 2017 foram aplicadas de modo consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

As informações intermediárias financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as "International Financial Reporting Standards - IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo a orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento da receita e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada - POC), neste caso refletido no resultado de equivalência patrimonial sobre determinadas sociedades coligadas indiretas.

A Administração da Companhia declarou que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

b) Base de apresentação

As informações intermediárias financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e compreendem as informações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, mencionadas na nota explicativa nº 9.

Empresa	Critério de consolidação	% de participação	% de participação
		em 30/06/2017	em 31/12/2016
		Direta	Direta
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	Integral	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	100,00	100,00
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	100,00	100,00

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das informações financeiras intermediárias são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: impostos diferidos, provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes informações financeiras intermediárias. A Administração monitora e revisa periodicamente essas estimativas contábeis e suas premissas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Imóveis a comercializar

Referem-se aos lotes e estão demonstrados ao custo de aquisição, que não excede o seu valor líquido realizável.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A participação em controlada que apresenta situação de patrimônio líquido negativo foi registrada no passivo não circulante.

Outros investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável ("impairment").

3.5. Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 34%. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido e patrimônio de afetação.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.8. Apuração do resultado de prestação de serviços

Os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporações SPE Ltda., Amadora Incorporação Ltda., Lion Incorporação SPE Ltda., Acireale Incorporação SPE Ltda., Leal Participações Ltda. e Pisa Incorporação SPE Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos pronunciamentos, pelas orientações e pelas interpretações técnicas do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelos pronunciamento técnico CPC 30 (R1) – Receitas e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela orientação técnica OCPC 01 (R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, pela interpretação técnica ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela orientação técnica OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.

O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.

- Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

3.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Não há direitos sobre o lucro diferenciado entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma, o resultado por ação será o mesmo para ambas as classes de ações.

3.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados

externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no momento de seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse".
 - a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo.
 - b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

3.13. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte do conjunto das informações intermediárias financeiras da controladora e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Caixas e bancos	67	40	105	325
Aplicações financeiras (*)	148	905	242	6.408
	<u>215</u>	<u>945</u>	<u>347</u>	<u>6.733</u>

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, remuneradas a taxas entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e para as quais não há restrições para resgate imediato.

As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Contas a receber por serviços prestados (a)	1.379	473	8.086	10.901
Contas a receber por venda de imóveis (b)	8	-	2.136	2.019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(210)	(210)
	<u>1.387</u>	<u>473</u>	<u>10.012</u>	<u>12.710</u>
Circulante	1.384	473	8.383	11.210
Não circulante	3	-	1.629	1.500

(a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global, taxa de administração de obras e assistência técnica.

(b) Saldo de contas a receber decorrente da venda de unidades imobiliárias concluídas. O saldo é atualizado com juros da Tabela Price de 12% ao ano e variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas - FGV.

O saldo não circulante em 30 de junho de 2017 e de 31 de dezembro de 2016 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2017	31/12/2016
2018	2	407	421
2019	1	275	235
2020	-	219	177
Após 2020	-	728	667
	<u>3</u>	<u>1.629</u>	<u>1.500</u>

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
COFINS retido a recuperar	53	45	131	206
CSLL retido a recuperar	27	15	329	265
IRRF sobre aplicação financeira	50	39	99	106
IRRF sobre serviços	75	55	198	522
PIS retido a recuperar	12	10	28	45
Outros impostos a recuperar	2	2	2	2
	<u>219</u>	<u>166</u>	<u>787</u>	<u>1.146</u>

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Estoques de terrenos (lotes)	448	501	1.060	1.356
Provisão para desvalorização (*)	<u>(224)</u>	<u>(250)</u>	<u>(530)</u>	<u>(678)</u>
	<u>224</u>	<u>251</u>	<u>530</u>	<u>678</u>

(*) Provisão referente à desvalorização dos terrenos em estoque.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2017 e de 2016 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Receita bruta com partes relacionadas	10.923	16.458
Receita bruta com terceiros	<u>323</u>	<u>65</u>
	<u>11.246</u>	<u>16.523</u>
Representatividade com pessoas ligadas	97,13%	99,61%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 8% a 9% do custo das obras.

b) Contas correntes e mútuo com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
	Ativo		Ativo	
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. (i)	61	-	-	-
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. (i)	2.718	2.616	-	-
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (i)	756	1.720	-	-
Acireale Incorporação SPE Ltda. (i)	-	-	44	20
Lion Incorporação SPE Ltda. (i)	-	-	160	160
Amadora Incorporação Ltda. (ii)	-	-	1.068	1.333
Toliara Incorporação SPE Ltda. (ii)	-	-	83	1.841
Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.(iii)	-	-	5.339	-
	<u>3.535</u>	<u>4.336</u>	<u>6.694</u>	<u>3.354</u>
Circulante	-	-	5.339	-
Não circulante	3.535	4.336	1.355	3.354

(i) Representam contas correntes com partes relacionadas sem vencimento determinado ou cobrança de encargos financeiros.

(ii) Representam redução de capital a receber de controladas.

(iii) Refere-se ao mútuo a receber da Lindencorp Participações e Incorporações Ltda., o montante está sujeito a atualização do CDI + 4% ao mês com vencimento em 30 de setembro de 2017.

c) Remuneração de administradores e diretores

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 22 de março de 2017 foi aprovada a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2017 em até R\$3.000, mesmo valor aprovado no exercício de 2016.

Em 30 de junho de 2017, o montante pago aos administradores foi de R\$262 (R\$358 em 30 de junho de 2016), registrados nas rubricas de custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

9. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas e coligadas (a)	<u>26.818</u>	<u>28.081</u>	<u>26.933</u>	<u>20.775</u>
Total de investimentos	26.818	28.081	26.933	20.775
Provisão para perdas com controladas (*)	<u>(301)</u>	<u>(3.126)</u>	-	-
Total líquido de investimentos	<u>26.517</u>	<u>24.955</u>	<u>26.933</u>	<u>20.775</u>

(*) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Quando o patrimônio líquido está negativo, são apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

A movimentação dos investimentos para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos no início do período, líquidos	24.955	28.115	20.775	13.860
Integralização de capital, líquido de redução	1.890	7.610	-	(2.407)
Aquisição de participação (a)	-	-	4.893	22.927
Dividendos recebidos	(2.851)	(14.700)	-	(14.919)
Equivalência patrimonial	4.162	11.660	2.904	7.239
Ganho de capital na distribuição desproporcional de dividendos	-	-	-	1.820
Perda da compra de participação (a)	<u>(1.639)</u>	<u>(7.730)</u>	<u>(1.639)</u>	<u>(7.745)</u>
Saldos no fim do período, líquidos	<u>26.517</u>	<u>24.955</u>	<u>26.933</u>	<u>20.775</u>

- (a) Em março de 2016, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$6.547 pelo montante de R\$10.781, gerando uma perda de R\$4.234, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em setembro de 2016 a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu 20%, resultando em 40% de participação societária da Lion Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$8.465 pelo montante de R\$11.950 liquidado durante o exercício de 2016, gerando uma perda de R\$3.485, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em abril de 2016, através de instrumento particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Acireale Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$102 pelo montante de R\$113, gerando uma perda de R\$11, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em março de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 20% da participação societária da Leal Participações Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 297 pelo montante de R\$558, gerando uma perda de R\$261, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

Em junho de 2017, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 30% da participação societária da Pisa Incorporação SPE Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$ 2.957 pelo montante de R\$4.335, gerando uma perda de R\$1.378, registrado no patrimônio líquido na rubrica reserva especial.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelamento da Lei				
nº 11.941/09 - REFIS IV (a)	1.746	1.905	2.396	2.594
PPI - Prefeitura de São Paulo (b)	<u>475</u>	<u>555</u>	<u>475</u>	<u>555</u>
	<u>2.221</u>	<u>2.460</u>	<u>2.871</u>	<u>3.149</u>
Circulante	666	640	791	760
Não circulante	1.555	1.820	2.080	2.389

A movimentação das obrigações tributárias parceladas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017 e para o exercício findo em dezembro 2016 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2017	31/12/2016	30/06/2017	31/12/2016
Saldo no início do período/exercício	2.460	2.966	3.149	3.952
Juros	89	324	111	389
Amortização	(328)	(830)	(389)	(1.192)
Saldo no fim do período/exercício	<u>2.221</u>	<u>2.460</u>	<u>2.871</u>	<u>3.149</u>

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941/09 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de REFIS IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, com prazo que varia entre 30 e 180 meses, dependendo da natureza dos débitos e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das parcelas e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

(b) PPI - Prefeitura de São Paulo

No exercício de 2006, os débitos municipais em aberto foram objeto do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI com a Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

Cronograma de vencimentos

O saldo não circulante em 30 de junho de 2017 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano	Controladora			Consolidado		
	PPI	REFIS	Total	PPI	REFIS	Total
2018	110	223	333	110	285	395
2019	145	329	474	145	455	600
2020	-	167	167	-	292	292
Após 2020	-	581	581	-	793	793
	<u>255</u>	<u>1.300</u>	<u>1.555</u>	<u>255</u>	<u>1.825</u>	<u>2.080</u>

11. PROVISÕES

	Consolidado		
	Garantias (a)	Riscos tributários, cíveis e trabalhistas (b)	Total
Saldos finais em 31/12/2016	10.038	5.868	15.906
Variações líquidas no período	(1.034)	495	(539)
Saldos finais em 30/06/2017	<u>9.004</u>	<u>6.363</u>	<u>15.367</u>
Circulante em 30/06/2017	<u>2.898</u>	-	<u>2.898</u>
Não circulante em 30/06/2017	<u>6.106</u>	<u>6.363</u>	<u>12.469</u>
Circulante em 31/12/2016	<u>2.782</u>	-	<u>2.782</u>
Não circulante em 31/12/2016	<u>7.256</u>	<u>5.868</u>	<u>13.124</u>
Saldos finais em 31/12/2016	<u>10.038</u>	<u>5.868</u>	<u>15.906</u>

- (a) A Companhia concede garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente, pelo período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida considerando a estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão para garantias é registrada na controlada ao longo da construção dos empreendimentos administrados pela Companhia e, após a entrega destes, tem início o processo de reversão da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controlada, e na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica "Manutenção de obras prontas".

- (b) Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 30 de junho de 2017, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$6.363 (R\$5.868 em 31 de dezembro de 2016).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 30 de junho de 2017, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	22.298
Tributária	224
Cível	4.033
	<u>26.555</u>

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor inicialmente atribuído foi de R\$100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 de fevereiro de 2015.

A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Público do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo.

A sentença procedente foi publicada em 8 de dezembro de 2015 e condenou a Companhia à obrigação de fazer na área de saúde e segurança do trabalho, sob pena de multa diária no caso de descumprimento, e ainda ao pagamento de dano moral coletivo arbitrado em R\$500 em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A Companhia ingressou com Recurso Ordinário contra a sentença e apresentou petição de juntada a fim de comprovar o cumprimento das obrigações de fazer. O Acórdão resultante dos recursos apresentados pelas Partes, assinado/emitido em 13 de dezembro de 2016 (publicado em 31 de janeiro de 2017), manteve a condenação de primeira instância da Companhia em dois tópicos: (1) indenização por danos morais coletivos; e (2) obrigações de fazer elencadas na inicial, mediante cominação judicial. No tocante ao dano moral coletivo, aumentou a indenização para R\$5 milhões, e, no que se refere às obrigações de fazer apontadas na inicial, elevou a multa judicial para R\$50 em caso de descumprimento. A Companhia apresentou embargos de declaração julgado em 14 de março de 2017. O processo encontra-se suspenso desde 18 de maio de 2017 para tratativas de negociações entre as Partes.

Sendo assim, os assessores jurídicos consideram possíveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas informações financeiras intermediárias.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferido é como segue:

	Controladora	
	30/06/2017	30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.519	5.278
Efeito das diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(4.162)	(8.614)
Efeito das variações das diferenças temporárias:		
Prejuízo Fiscal e base negativa não constituídos	148	-
Outras adições, líquidas	495	3.443
Base de cálculo	<u>-</u>	<u>107</u>
Imposto de renda e contribuição social (24%)	-	26
Adicional em determinados meses de apuração	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>26</u>
Correntes	-	16
Diferidos	-	10
	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.618	6.269
Provisão para assistência técnica e garantia de obras	(1.560)	(1.211)
Lucro antes dos impostos nas empresas tributadas pelo lucro presumido	(3.323)	(7.013)
Prejuízo Fiscal e base negativa não constituídos	1.367	-
Outras (exclusões) adições líquidas	(102)	4.080
Base de cálculo das empresas optantes pelo lucro real	<u>-</u>	<u>2.125</u>
Imposto de renda e contribuição social 24%	-	510
Adicional em determinados meses de apuração	-	201
Imposto de renda e contribuição social das controladas optantes pelo lucro presumido	99	306
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>99</u>	<u>1.017</u>
Correntes	99	864
Diferidos	-	153

Substancialmente, o imposto de renda e a contribuição social correntes no consolidado em 30 de junho de 2017 e de 2016 representam os tributos sobre o lucro presumido sobre sociedades controladas, como segue:

	Consolidado	
	30/06/2017	30/06/2016
Receita bruta sobre serviços das controladas	524	1.757
Alíquota combinada	<u>10,88%</u>	<u>10,88%</u>
Expectativa de despesa	57	191
Outras receitas	42	115
	<u>99</u>	<u>306</u>

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 é de R\$16.000, totalmente integralizado, representado por 124.040 ações ordinárias e 248.079 ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 22 de março de 2016, foi aprovado o aumento de capital sem a emissão de novas ações, a ser totalmente integralizado mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$4.000.

As ações possuem as seguintes características:

Ação preferencial

- a) As ações preferenciais não têm direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até 2/3 do total do capital social.
- b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: (i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro líquido, prevalecendo o valor maior; (ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem o mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária; e (iii) irresgatibilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, como também participação proporcional no valor patrimonial, no caso de liquidação da Companhia.

Ação ordinária

- a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.
- b) As ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos.

Em 30 de junho de 2017 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Capital votante - %</u>
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	116.996	94,32
José Oswaldo Morales Junior	6.378	5,14
Outros acionistas	666	0,54
	<u>124.040</u>	<u>100,00</u>

13.2. Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressalvando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

13.3. Lucro por ação

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e de 2016. O cálculo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período:

	<u>01/04/2017</u>	<u>01/01/2017</u>	<u>01/04/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2016</u>
Lucro líquido do período	844	3.519	2.522	5.252
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação	372.119	372.119	372.119	372.119
Lucro líquido por ação - básico, em R\$	2,27	9,46	6,78	14,08

A Companhia não possui dívida conversível em ação nem opções de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

13.4. Reserva especial

Conforme aprovado em AGE realizada em 22 de março de 2017, a Companhia realizou a absorção do saldo da conta de reserva especial no montante de R\$ 7.730, contra a conta de reserva de retenção de lucros acumulados.

14. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2017 e de 2016 possui a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>01/04/2017</u>	<u>01/01/2017</u>	<u>01/04/2016</u>	<u>01/01/2016</u>	<u>01/04/2017</u>	<u>01/01/2017</u>	<u>01/04/2016</u>	<u>01/01/2016</u>
	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>	<u>a</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2016</u>
Receita de serviços	586	1.269	990	1.702	4.899	10.236	7.177	14.851
Receita de assistência técnica	-	-	-	-	461	687	739	1.607
Receita da venda de lotes	<u>13</u>	<u>29</u>	-	-	<u>82</u>	<u>323</u>	-	<u>65</u>
	599	1.298	990	1.702	5.442	11.246	7.916	16.523
(-) Impostos (*)	<u>(78)</u>	<u>(168)</u>	<u>(130)</u>	<u>(224)</u>	<u>(675)</u>	<u>(1.310)</u>	<u>(878)</u>	<u>(2.030)</u>
	<u>521</u>	<u>1.130</u>	<u>860</u>	<u>1.478</u>	<u>4.767</u>	<u>9.936</u>	<u>7.038</u>	<u>14.493</u>

(*) Os impostos incidentes sobre as receitas são: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS e INSS sobre faturamento.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016	a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016
Receitas financeiras:								
Aplicações financeiras	4	14	2	19	(14)	18	160	716
Variação monetária - contrato de vendas e mútuos	-	-	-	-	376	593	76	164
Atualização dos impostos a recuperar	-	-	-	1	66	248	94	95
Outras receitas financeiras	-	-	40	68	-	-	39	68
	<u>4</u>	<u>14</u>	<u>42</u>	<u>88</u>	<u>428</u>	<u>859</u>	<u>369</u>	<u>1.043</u>
Despesas financeiras:								
Atualização monetária de tributos parcelados	(40)	(89)	(61)	(126)	(50)	(111)	(79)	(164)
Juros e despesas bancárias	(14)	(26)	(14)	(22)	(36)	(52)	(14)	(24)
	<u>(54)</u>	<u>(115)</u>	<u>(75)</u>	<u>(148)</u>	<u>(86)</u>	<u>(163)</u>	<u>(93)</u>	<u>(188)</u>
	<u>(50)</u>	<u>(101)</u>	<u>(33)</u>	<u>(60)</u>	<u>342</u>	<u>696</u>	<u>276</u>	<u>855</u>

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016	01/04/2017	01/01/2017	01/04/2016	01/01/2016
	a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016	a 30/06/2017	a 30/06/2017	a 30/06/2016	a 30/06/2016
Pessoal	(160)	(338)	(159)	(432)	(4.082)	(7.607)	(5.053)	(10.223)
Serviços de terceiros	(198)	(383)	(174)	(339)	(284)	(480)	(191)	(368)
Despesas gerais	(10)	(70)	(18)	(84)	(458)	(963)	(595)	(1.231)
Aluguéis e condomínios	(86)	(166)	(114)	(230)	(86)	(166)	(114)	(230)
Despesas de informática	(1)	(1)	(12)	(30)	(30)	(62)	(24)	(58)
Despesas legais e judiciais	(2)	(2)	(3)	(4)	(4)	(5)	(10)	(24)
Manutenção de obras prontas	-	-	-	-	(428)	(892)	(431)	(704)
Viagens e estadias	(3)	(8)	(2)	(6)	(17)	(33)	(10)	(15)
Despesas relacionadas a processos judiciais	(88)	(90)	(100)	(109)	(89)	(300)	(114)	(129)
Despesas com depreciação	(2)	(5)	(6)	(12)	(3)	(6)	(5)	(12)
Despesas comerciais	(5)	(14)	-	-	(6)	(26)	-	(7)
Impostos e taxas diversas	(5)	(72)	(5)	(78)	(4)	(83)	(4)	(91)
Provisão para garantias	-	-	-	-	624	1.034	(85)	(271)
Constituição de provisão para riscos	(231)	(495)	(3.110)	(3.430)	(231)	(495)	(3.110)	(3.430)
Reversão de provisão	-	-	-	-	-	-	-	2.731
Outras receitas (despesas), líquidas	(14)	(28)	-	-	117	166	(14)	(44)
	<u>(805)</u>	<u>(1.672)</u>	<u>(3.703)</u>	<u>(4.754)</u>	<u>(4.981)</u>	<u>(9.918)</u>	<u>(9.760)</u>	<u>(14.106)</u>
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	(106)	(208)	(70)	(198)	(3.360)	(6.454)	(4.406)	(9.081)
Despesas gerais e administrativas	(713)	(1.490)	(3.633)	(4.556)	(1.825)	(3.926)	(5.341)	(7.766)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	26	-	-	204	462	(13)	2.741
	<u>(805)</u>	<u>(1.672)</u>	<u>(3.703)</u>	<u>(4.754)</u>	<u>(4.981)</u>	<u>(9.918)</u>	<u>(9.760)</u>	<u>(14.106)</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito e de realização

Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de variação cambial

A Companhia não possui operações com moeda estrangeira sujeitas à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode depender, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras) e saldo a receber de clientes são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares aos saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

c) Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A seguir o nível de hierarquia dos instrumentos financeiros da Companhia:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			30/06/2017		31/12/2016	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	347	347	6.733	6.733
Passivo:						
Fornecedores nacionais	Outros passivos financeiros	Nível 3	317	317	290	290

d) Operações com instrumentos derivativos

Em 30 de junho de 2017 a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 30 de junho de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 30 de junho de 2017, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 30 de junho de 2017, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%	
Aplicações financeiras	CDI	12,81%	9,61%	6,41%
Posição contábil em 30/06/2017- R\$242		31	23	16

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros em 30 de junho de 2017 estão demonstradas a seguir:

- a) Riscos de engenharia - R\$341.910.
- b) Responsabilidade cível - R\$15.000 - cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações intermediárias financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações intermediárias financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 14 de agosto de 2017.
